textura.

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E NOVAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE APRENDIZAGENS: REFLEXÕES ACERCA DA ESCOLA DA PONTE

Patrícia Ferreira de Andrade[1]
Allan Rocha Damasceno[2]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre a educação contemporânea, com foco na inclusão em educação, autonomia e aprendizagem, a partir da análise da experiência da Escola da Ponte, em Portugal. Problematiza-se a permanência de práticas pedagógicas tradicionais que ainda limitam a formação de sujeitos críticos e autônomos, mesmo diante de avanços nas políticas educacionais. O método utilizado consiste em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores como Libâneo, Freire, Adorno, Rubem Alves e José Pacheco, além da análise do projeto educativo da Escola da Ponte. Os resultados indicam que o modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão de conteúdos e na passividade discente, dificulta a efetivação de uma educação inclusiva. Em contrapartida, a proposta da Escola da Ponte evidencia práticas pedagógicas inovadoras, baseadas na autonomia dos estudantes, na construção coletiva do conhecimento, no diálogo e na valorização da diversidade. Conclui-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer mudanças estruturais e pedagógicas profundas, que superem a lógica homogeneizadora e promovam a emancipação dos sujeitos. Assim, a educação deve assumir um papel transformador, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e conscientes de seu papel social.

Palavras-chave: Inclusão em educação, Aprendizagem, Escola da ponte, Emancipação

[1] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8878-1395. E-mail: pat.fandrade@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0577-805X. E-mail: lepedi-ufrrj@hotmail.com.

Inclusion in Education and New Social Constructions of Learning: Reflections on Escola da Ponte

Abstract: This paper aims to critically reflect on contemporary education, focusing on inclusion in education, autonomy, and learning through the analysis of the experience of Escola da Ponte, in Portugal. It problematizes the persistence of traditional pedagogical practices that still limit the development of critical and autonomous individuals, despite advances in educational policies. The methodology adopted consists of qualitative bibliographic and documentary research, grounded in authors such as Libâneo, Freire, Adorno, Rubem Alves, and José Pacheco, as well as in the analysis of the educational project of Escola da Ponte. The findings indicate that the traditional teaching model, centered on content transmission and student passivity, hinders the implementation of inclusive education. In contrast, the proposal developed by Escola da Ponte highlights innovative pedagogical practices based on student autonomy, the collective construction of knowledge, dialogue, and the appreciation of diversity. It is concluded that building a truly inclusive school requires profound structural and pedagogical changes that overcome homogenizing logic and promote the emancipation of individuals. Therefore, education must assume a transformative role, contributing to the formation of critical, participatory individuals who are aware of their social role.

Keywords: Inclusion in Education; Learning; Bridge School; Emancipation

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino brasileiro, em seus movimentos instituídos e instituintes, tem vivenciado mudanças e avanços ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, Libâneo (2008) aponta que a cultura instituída refere-se aos dispositivos legais, à estrutura organizacional estabelecida pelos órgãos oficiais, às normas disciplinares e à organização curricular das instituições escolares. Já a cultura instituinte diz respeito às práticas construídas cotidianamente pelos sujeitos que compõem a

escola: professores, estudantes, gestores e comunidade, nas relações e experiências vividas no ambiente educacional.

Apesar das conquistas no campo educacional e da consolidação de políticas públicas que buscam promover maior democratização do ensino, o cotidiano escolar ainda reproduz práticas tradicionais. É comum observar a permanência de estruturas pedagógicas que pouco se alteraram ao longo do tempo, como carteiras enfileiradas, divisão rígida em séries e disciplinas, avaliações padronizadas e aulas centradas na figura do professor. Essa organização, presente desde a escola de gerações anteriores, frequentemente mantém o estudante em uma posição passiva no processo de aprendizagem.

Diante desse cenário, surgem questionamentos fundamentais: o sistema educacional atual promove a emancipação dos sujeitos ou contribui para sua limitação? A escola estimula a investigação, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes? Ou ainda reproduz práticas que dificultam o desenvolvimento de sujeitos autônomos e reflexivos?

Essas reflexões são fundamentais para pensar uma educação comprometida com a inclusão, a inovação pedagógica e a formação integral dos indivíduos.

A reflexão crítica sobre a educação contemporânea exige analisar os modelos pedagógicos que estruturam a escola. Rubem Alves (2001), ao relatar sua experiência ao conhecer a Escola da Ponte, em Portugal, destaca a proposta pedagógica idealizada por José Pacheco. Segundo o autor, uma característica marcante da liderança de Pacheco é não oferecer respostas prontas para os problemas educacionais, mas

incentivar que professores e estudantes construam juntos as perguntas necessárias para a construção do conhecimento.

Essa perspectiva rompe com a lógica tradicional da educação, centrada na transmissão de conteúdos, e valoriza o protagonismo dos estudantes. Nesse sentido, iremos refletir sobre a Escola da Ponte, fundada pelo educador José Pacheco em 1976, na qual encontra-se encontra em São Tomé de Negrelos, Conselho de Santo Tirso, distrito de Porto em Portugal.

Este estudo constitui um recorte de uma tese de doutorado que investigou os impactos na escolarização de estudantes público da Educação Especial em escolas inovadoras. Nesse contexto, a Escola da Ponte foi uma das instituições investigadas pelos autores, por desenvolver uma proposta pedagógica fundamentada em princípios de inovação, inclusão e valorização das singularidades dos estudantes.

Desse modo, o educador Pacheco (2014) argumenta que não faz sentido que estudantes do século XXI sejam ensinados por professores do século XX em uma escola estruturada por um modelo epistemológico do século XIX. Essa crítica revela a permanência de práticas educacionais conservadoras que resistem às transformações sociais e culturais.

Rubem Alves (2001) reforça essa reflexão ao afirmar que compreender experiências inovadoras como a da Escola da Ponte exige romper com preconceitos e abandonar concepções cristalizadas sobre o que significa “ser escola”. Para o autor, compreender novas práticas pedagógicas implica também desaprender determinadas certezas que foram naturalizadas ao longo da história da educação.

Nesse contexto, torna-se fundamental repensar o papel da escola na formação dos sujeitos. A instituição escolar é um dos pilares da sociedade, pois está diretamente ligada ao direito à educação, à produção de conhecimento e à formação cidadã. Portanto, a escola deve contribuir para o desenvolvimento de indivíduos capazes de participar ativamente da vida social, política, cultural e econômica.

Outro aspecto essencial nesse processo é o reconhecimento da diversidade presente no ambiente escolar. Os saberes, experiências e realidades de vida dos estudantes precisam ser considerados no processo educativo. Paulo Freire (1996) destaca a importância do respeito à autonomia e à dignidade dos educandos, enfatizando que o trabalho do professor deve ocorrer em diálogo com os estudantes e não de forma isolada.

Para Freire, uma prática educativa ética exige reflexão crítica permanente sobre o próprio fazer pedagógico. Esse processo permite que professores avaliem suas ações e construam práticas mais coerentes com os princípios democráticos da educação. A participação dos estudantes nesse processo também é fundamental, pois contribui para fortalecer o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

A reflexão crítica também é abordada por Adorno (1995), que afirma que a educação somente possui sentido quando está voltada para a autorreflexão crítica. Para o autor, a ausência de reflexão pode conduzir à reprodução de práticas sociais excludentes e autoritárias. Nesse sentido, a educação deve contribuir para formar sujeitos capazes de questionar a realidade e agir de forma consciente na sociedade.

No campo da inclusão em educação, essa reflexão torna-se ainda mais relevante. A inclusão não se limita à matrícula de

estudantes público-alvo da Educação Especial, mas envolve garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define como público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Entretanto, a inclusão em educação enfrenta desafios significativos, entre eles a chamada pseudoinclusão, caracterizada pela presença física do estudante na escola sem que sejam garantidas condições reais de aprendizagem e participação. Esse fenômeno ocorre quando as diferenças são ignoradas ou tratadas como obstáculos, em vez de serem compreendidas como parte da diversidade humana.

A escola atual, ainda vivencia um modelo homogêneo com fazeres do século XIX (PACHECO, 2014), não considerando a multiplicidade de saberes e sujeitos que fazem parte da ambiência escolar. A desconsideração pela diversidade é inerente à lógica capitalista que exclui aqueles que não se adequam ao seu sistema homogêneo.

A luta a favor da inclusão em educação é intrínseca a mobilização e resistência pelo direito a educação, pois incluir está intimamente relacionado à democratização do ensino e da nossa sociedade.

O movimento político-pedagógico da inclusão em educação defende o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes presente no sistema educacional. Portanto, nesse estudo compreendemos que a inclusão em educação não se limita aos estudantes público da Educação Especial, pois ela contempla a subjetividade e o acolhimento de cada criança e adulto.

INCLUSÃO, AUTONOMIA E APRENDIZAGEM: OLHARES REFLEXIVOS SOBRE A ESCOLA DA PONTE

Na obra “A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir” do também educador Rubem Alves (2004), relata a experiência encantadora do autor em visitar a Escola da Ponte em Portugal, nesse livro é exposta uma entrevista de José Pacheco, que aborda sobre a origem da Escola da Ponte.

Pacheco conta que a dinâmica inovadora acerca do processo de aprendizagem estudantil nem sempre foi presente na Escola da Ponte: Em 1976, a Escola da Ponte era um arquipélago de solidões. Os professores remetiam-se ao isolamento físico e psicológico, em espaços e tempos justapostos. O trabalho escolar era exclusivamente centrado no professor, enformado por manuais iguais para todos, repetições de lições, passividade. Entregues a si próprios, encerrados no refúgio de sua sala, a sós com seus alunos, seu método, seus manuais, sua falsa competência multidisciplinar, em horários diferentes dos de outros professores, como poderiam partilhar, comunicar, desenvolver um projeto comum? (Alves, 2004, p.65).

Frente à narrativa do educador, observamos que a Escola da Ponte inicialmente possuía movimentos tradicionais compostos por práticas e estruturas tradicionalistas, onde a passividade do estudante era algo vívido em seu processo de escolarização. A busca por mudanças no contexto educativo da Escola surgiu a partir de inquietações e questionamentos

diante do cenário exaustivo, pautado em metodologias reprodutivistas da escola tradicional.

Assim, Pacheco prossegue explicando que: Compreendemos que precisávamos mais de interrogações que de certezas. E empreendemos um caminho feito de alguns pequenos êxitos e de muitos erros, dos quais colhemos (e continuaremos colhendo) ensinamentos, após termos definido a matriz axiológica de um projeto e objetivos que, ainda hoje, nos orientam: concretizar uma efetiva diversificação das aprendizagens, tendo por referência uma política de direitos humanos que garantisse as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos,promover a autonomia e a solidariedade, operar transformações nas estruturas de comunicação e intensificar a colaboração entre instituições e agentes educativos locais. (Alves, 2004, p.66)

Conforme observamos no relato do educador Pacheco, a Escola da Ponte ao iniciar seus trabalhos, ainda possuía diversos desafios que precisavam ser superados para a busca/construção de processos de aprendizagens intrínsecas à transformação educacional. A ressignificação escolar iniciou a partir de questionamentos da comunidade educativa em concretizar práxis que oportunizassem aos estudantes autonomia, independência e protagonismo. Tomamos conhecimento que a Escola da Ponte conhecida em todo o mundo, referência de aprendizagem e de educação transformadora enfrentou barreiras para implementar seu projeto escolar inovador.

Pacheco (2004) relata que em 1976 os responsáveis dos estudantes não apareciam na escola, mas a comunidade escolar seguia acreditando que seria possível estabelecer comunicação com as famílias dos estudantes, se os pais não fossem

chamados somente para escutar queixas ou contribuir para reparações urgentes.

Nesse sentido, posicionamentos foram modificados para a aproximação das famílias a escola. O autor (2004) explica que auxiliaram as famílias dos estudantes a fundar uma associação, em um momento temporal que ainda não havia dispositivos legais para regular. Atualmente a associação de pais é um interlocutor disponível, sendo um parceiro imprescindível para a instituição escolar. Todavia:

> [...] a colaboração dos pais não se restringe às atividades promovidas pela sua associação. No início de cada ano, todos os encarregados de educação participam num encontro de apresentação do Plano Anual. Mensalmente, ao sábado de tarde, os projetos são avaliados com o seu contributo. E há sempre um professor disponível para o atendimento diário, se algum pai o solicita. A prática diz-nos, ainda hoje, que os pais têm dificuldade em conceber uma escola diferente daquela que frequentaram quando alunos, mas que, quando esclarecidos e conscientes, aderem e colaboram. (Alves, 2004, p.76)

A configuração escolar da Escola da Ponte possui a vertente de promover a participação das famílias e de toda a comunidade educativa no processo de aprendizagem. Sua organização político- pedagógica reconhece que a parceria familiar é indispensável para o ser escola. Esse envolvimento dos partícipes para além dos muros escolares, incentiva o trabalho cooperativo para o direcionamento de uma escola com experiências inovadoras.

Uma escola sem classes, sem turmas, sem níveis estanques e com programas à medida de cada aluno parece

uma utopia, em Vila das Aves, na Escola da Ponte, há quem acredite que o sonho comanda a vida e o resultado é uma escola aberta, onde se trabalha em equipe e os pais fazem parte de um projeto. (ALVES, 2004, p. 79)

A educação na Escola da Ponte é visualizada como uma proposta coletiva, onde todos e todas são responsáveis pela aprendizagem. O projeto educativo conta com uma reestruturação escolar, onde classes, turmas, séries não se encontram na ambiência estudantil. Desse modo, a tarefa de partilhar conhecimento não se restringe ao corpo docente, pois na Ponte a interação educativa é tarefa mútua.

Alves (2004) em sua visita a Escola da Ponte, aponta que uma das grandes surpresas que a escola apresenta, se refere à subversão de um conjunto de mecanismos que fomos habituados no que tange a organização e funcionamento de uma instituição escolar, pois na Ponte não há aulas, não há turmas, não há fichas ou testes elaborados pelos professores para avaliar os estudantes. Não há manuais escolares, não há toques de campainha ou de sineta. O observador que procura ver e compreender o que se passa na Ponte acaba percebendo sua lógica singular de organização, observando que seu Projeto possui uma filosofia simples e coerente, identificando assim que o currículo não é o professor, mas o aluno (Alves, 2004).

A Escola da Ponte possui sua concepção filosófica pautada em valores, onde os mesmos direcionam seus fazeres e saberes. Portanto, a configuração tradicional de ensino que padroniza seu público estudantil não é adotada. Muito pelo contrário, o Projeto de ressignificação escolar proposto pela comunidade da Ponte, compreende a educação como um percurso único de cada educando. O Projeto Educativo da Escola da Ponte, datado em maio de 2003 salienta que reconhecer o estudante como ser único e irrepetível, prestar

atenção em suas peculiaridades, tecer uma educação que busque descobrir e valorizar a cultura de seu público escolar são atitudes condizentes ao ato de educar. (Fazer a Ponte, 2003)

A Ponte é um Projeto pioneiro que visa reconfigurar a educação, buscando transformar o sistema de ensino oferecendo lentes críticas de uma pedagogia para a autonomia do educando. O estudo intitulado: "Escola da Ponte: história e trajetória" de Almeida (2009) sinaliza que a Escola foi fundamentada a partir de variados teóricos de tamanha relevância para a educação como: Agostinho da Silva, Piaget, Dewey, Montessori, Carl Rogers, Vigotsky, Freinet, dentre muitos outros, incluindo também nosso eterno patrono da educação brasileira: Paulo Freire. Por conseguinte, atestamos que o Projeto de inovar a educação não é pautado em achismos ou improvisos.

A perspectiva de uma escola transformadora é real, vinculada à ciência e a inovação. A Ponte inaugura novas práticas e princípios orientadores relevantes na ação de educar. Alves (2004) destaca que: O conhecimento é uma árvore que cresce da vida, Sei que há escolas que têm boas intenções, e que se esforçam para que isso aconteça. Mas as suas boas intenções são abortadas porque são obrigadas a cumprir o programa. Programas são entidades abstratas, prontas, fixas, com uma ordem certa. Ignoram a experiência que a criança está vivendo. Aí tenta-se, inutilmente, produzir vida a partir dos programas. Mas não é possível, a partir da mesa de anatomia, fazer viver o cadáver. O que vi na Escola da Ponte é o conhecimento crescendo a partir das experiências vividas pelas crianças. (Alves, 2004 p. 34)

A Escola da Ponte oportuniza experiências intrínsecas a práxis pautadas no conhecimento crítico. O público estudantil

é instigado para uma nova forma de aprender. O Projeto "Fazer a Ponte" explica que considera a especificidade do percurso educativo de cada estudante, reconhecendo como "(...) currículo o conjunto de atitudes e competências que, ao longo do seu percurso escolar, e de acordo com as suas potencialidades, os alunos deverão adquirir e desenvolver." (Fazer a Ponte, 2003, p.3)

Um dos instrumentos que fundamentam/direcionam a concepção educacional transformadora da Ponte, se diz respeito aos valores trabalhados na Escola. Os valores baseiam o fazer educacional, sendo coerentes com a práxis para além dos portões escolares. No Projeto da Escola da Ponte sob a ótica do educador José Pacheco, a escolarização dos estudantes não se resume em ser alfabetizado e a realizar contas. A escolarização do público estudantil se remete a aprender valores condizentes a uma escola e sociedade mais empática, solidária e inclusiva. Pacheco alerta que:

> A Terra está doente porque nós estamos doentes. E doente continuará enquanto a nossa maneira de viver for reproduzida nos valores que muitas escolas insistem em transmitir. A racionalidade que prevalece na maioria das práticas escolares promove tempos ainda mais sombrios e de graves conflitos socioambientais. Poder-se-ia pensar que a uma escolarização prolongada propiciaria uma maior consciência ambiental, mas isso raramente acontece, por efeito de uma escola distante da vida real. (Pacheco, 2012, p.33)

O autor nos sinaliza a importância de a escola intervir em temáticas indispensáveis para a sociedade como o cuidado com o meio ambiente, promover consciências ecológicas em

crianças e jovens colabora para a mudança e conduta com a natureza. A educação contribui para novas práticas sociais que despertam comportamentos e atitudes mais conscientes e críticos.

O educador Rubem Alves (2004, p.56) aponta que em sua visita um dos valores trabalhados na Ponte é a educação para a cidadania. Assim registra que: “A Escola da Ponte não tem um projeto educativo de educação para a cidadania. Vive-o. De múltiplas formas. Com a ‘assembleia de alunos’, com o ‘acho bom’ e ‘acho mau’, com a ‘comissão de ajuda’, com a sua vida educativa diária. Educar é viver.”

A Ponte permite viver experiências atreladas aos seus valores, oportunizando que seus estudantes reflitam e tomem atitudes que dialogam com o chão escolar. Dessa maneira, o projeto de transformação educacional enxerga a necessidade da escola se posicionar diante de instâncias sociais. Tal reformulação identifica no ato de educar, a relevância de vivenciar valores. Ao tratar sobre o valor da esperança, Pacheco (2012) parafraseia o poeta brasileiro Fernando Pessoa, recordando que: “Somos do tamanho dos nossos sonhos”.

O educador relembra que quando o projeto da Escola da Ponte iniciou era a esperança que movia a comunidade educativa. Pacheco relata que diziam que com o corpo docente que a Ponte possuía não seria possível avançar o projeto, mas estavam equivocados, pois foi com aqueles educadores que a Escola da Ponte começou. Sobre esperança, Pacheco sustenta que:

> Esperança, em seu sentido mais genuíno, significa fé na bondade da natureza humana. Significa confiar, acreditar ser possível ensinar (e aprender!) o diálogo, o reconhecimento da diversidade, a amorosidade, a solidariedade, a

> alegria, a justiça, a ética, a responsabilidade social, o respeito, a cidadania, a humanização da escola. Utopia! – exclamarão alguns. Mas, como nos avisa Robert Musil, 'a utopia é uma possibilidade que pode efetivar-se no momento em que forem removidas as circunstâncias que obstam à sua realização'. (Pacheco, 2012, p.20)

Identificamos que a esperança foi um valor essencial para a implementação do projeto da Ponte. Sob tal contexto, percebemos que educar não se resume em saber aritmética ou ortografia. Educar envolve criar condições para promover senso crítico, autonomia de escolha e protagonismo estudantil. A escola é vívida com múltiplos educandos e educandas, educadores e educadoras, partícipes em geral que possuem costumes, culturas e saberes diversos.

O processo de escolarização mais inclusivo está intimamente relacionado com a oportunização da autorreflexão crítica contínua. Nesse sentido, o filósofo Adorno esclarece que: "A chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola, a escola não é apenas objeto". (Adorno, 1995, p.116)

Compreender que o movimento da inclusão em educação trata-se de um processo de luta contínua e permanente provoca a busca por experiências mais justas e equânimes, onde todos, sem exceção, são valorizados em sua essência humana.

Sobre isso, Santos (2003) nos esclarece que:

> Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados.

> Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres (Santos, 2003, p.4 – grifos do autor).

A partir do pensamento de Santos (2003), percebemos que a orientação político filosófica da inclusão em educação não se designa a certos grupos, ela requer condições, estratégias e mobilizações contínuas que dialogam com a afirmação de uma escola e sociedade mais humana e solidária. Diante disso, ao reconhecer a legitimidade do direito de aprender dos estudantes público-alvo da Educação Especial, temos que de forma indistinguível, considerar o direito à educação inerente a todos. Sob tal perspectiva, de que adianta incluir o estudante pertencente à modalidade da Educação Especial e excluir o estudante lgbtqia+?

É oportuno frisar que a inclusão em educação é voltada para a diversidade de um modo geral, seja ela em relação à cor, sexo, gênero, etnia, deficiência, etc. Nessa perspectiva, a Escola da Ponte busca compreender cada estudante em sua singularidade, respeitando suas especificidades, valorizando suas potencialidades e promovendo condições para o seu pleno desenvolvimento, por meio de práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a aprendizagem e o protagonismo de todos.

De acordo com o portal virtual da Escola da Ponte (2021), sua ambiência educativa não possuem salas de aula referente ao modelo tradicional de ensino, existem espaços de trabalho onde são oportunizados variados recursos, como: livros, dicionários, gramáticas, internet, vídeos, etc. O portal oficial da Ponte (2021) informa que a instituição escolar assume valores como a solidariedade e a democraticidade.

A unidade educativa orienta-se por princípios que levaram à criação de uma imensa diversidade de dispositivos pedagógicos que, no seu conjunto, comportam uma dinâmica de trabalho e promovem autonomia responsável e solidária, exercitando permanentemente o uso da palavra como instrumento autônomo da cidadania.

Dessa maneira, o site da Escola da Ponte (2021) expõe que: Os Pais/Encarregados de Educação, à semelhança dos seus filhos e orientadores educativos, estão também fortemente implicados no processo de aprendizagem dos alunos e na direção da Escola. Os contatos são feitos sempre que necessário, através do professor tutor, que acompanha, orienta e avalia diariamente as atividades realizadas pelos seus tutorados.

A escola disponibiliza atividades de enriquecimento do currículo às famílias que necessitem que os seus filhos tenham um acompanhamento até às 17:15 horas. Todos os alunos cumprem o mesmo horário. A equipe docente é constituída por elementos com formação diversificada (Educadoras de Infância, psicóloga, professores do 1º ciclo, 2º e 3º ciclos), que reúne todas as quartas-feiras e sempre que é necessário para debater problemas da escola, planificar e avaliar o trabalho.

A organização que esta Escola põe em prática inspira uma filosofia inclusiva e cooperativa que se pode traduzir, de

forma muito simplificada no seguinte: todos precisamos de aprender e todos podemos aprender uns com os outros e quem aprende, aprende a seu modo no exercício da Cidadania.

Inspirando-nos no educador José Pacheco, atentamos que outra escola é possível, e mais que isso é necessária. A educação do século XXI demanda experiências de aprendizagens abertas para o diálogo e para a reconfiguração escolar. Vivenciar práxis educativas fundamentadas por valores e princípios emancipatórios é celebrar uma educação onde todos e todas podem ser agentes de transformação na escola e na sociedade.

Esse processo envolve a participação de toda a comunidade escolar: professores, estudantes, famílias, gestores e funcionários — na construção de novas práticas educativas. A inclusão exige um compromisso coletivo com a valorização da diversidade e com a construção de ambientes educacionais mais democráticos e solidários.

OUTRA ESCOLA É POSSÍVEL: RUPTURAS E POSSIBILIDADES A PARTIR DA PONTE

Nesse sentido, a construção de uma escola inclusiva exige a superação de práticas pedagógicas baseadas na homogeneização dos estudantes. A educação inclusiva valoriza a singularidade de cada sujeito e reconhece que todos aprendem de maneiras diferentes. Pacheco (2006) destaca que a transformação de uma escola tradicional em uma escola inclusiva não ocorre de forma imediata, pois requer mudanças profundas nas concepções pedagógicas, nas atitudes e nas relações estabelecidas no ambiente escolar.

Além disso, documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) reforçam a importância da educação inclusiva ao afirmar que as escolas devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. Esse documento estabelece que as instituições escolares precisam adaptar-se às necessidades dos alunos, oferecendo currículos flexíveis, estratégias pedagógicas diversificadas e recursos adequados.

A superação da lógica tradicional da escola também exige combater preconceitos e discriminações presentes na sociedade. Crochík (2011) explica que o preconceito possui raízes sociais e psicológicas e pode se manifestar contra diferentes grupos que fogem do padrão considerado “normal”. Por isso, a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito à diversidade.

Freire (1996) explica que o educador democrático precisa ter o dever de, na sua prática docente, estimular a consciência crítica de seus educandos, sua curiosidade, sua insubmissão. Portanto uma das tarefas primordiais do educador é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. Freire atenta que esta rigorosidade metódica, não tem nada a ver com o discurso “bancário”.

Observamos que a partir do olhar Freiriano, os educadores e educadoras possuem o papel de possibilitar criticidade ao público estudantil, na medida em que:

> [...] se distanciando de uma educação bancária omissa aos saberes e realidade de vida de seus educandos. A curiosidade ingênua, do que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum. O saber de

> pura experiência feito. Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cuja "promoção" da ingenuidade não se faz automaticamente. (Freire, 1996, p.16)

Freire atenta que o educador possui o compromisso social de despertar consciências críticas, para isso deve buscar experiências de aprendizagem que promova pesquisa, curiosidade, dialogicidade e protagonização, pois nesse contexto a educação será direcionada para a emancipação.

Os filósofos Adorno e Horkheimer (2006) asseveram que só é possível a emancipação, quando o sujeito for capaz de reconhecer as contradições presentes na sociedade, quando for orientado pelo esclarecimento e não de razão instrumental. O processo contínuo de emancipar-se é inerente à compreensão de instâncias sociais, que envolve a divisão de classes, dentre outros pontos pertinentes de nossa sociedade civilizatória.

Saber identificar e compreender que a sociedade está submissa à lógica burguesa, colabora com a reflexão diante de manipulações imposta pelo mundo capitalista. A nova configuração escolar, inspirada pelo educador Pacheco, auxilia na formação de seres críticos e emancipados, de forma em que atua com instrumentos pedagógicos que impulsionam o pensar na ação de educar.

> [...] uma instituição escolar diferenciada em que a amplitude das ofertas produz as motivações de aprendizado correspondentes, em que não ocorre a seleção conforme falsos conceitos de talento, mas sim uma promoção

> nos termos da superação dos obstáculos sociais correspondentes por meio de uma educação compensatória e assim por diante e, por esta via, poderíamos esclarecer, por assim dizer, determinados pressupostos básicos para a emancipação, e na formação profissional seriam feitas coisas semelhantes. Permanece a questão da possibilidade de, mesmo ocorrendo tudo isto, aquele que por esta via se torna esclarecido, criticamente consciente, ainda permanecer teleguiado de uma determinada maneira em seu comportamento, não sendo, em sua aparente emancipação, autônomo no sentido que se imaginava nos primórdios da ilustração (Becker apud Adorno 1995, p.184).

Valendo-nos dessas considerações, verificamos que a educação contemporânea não tem cumprido sua função de instigar a criticidade em seu público estudantil, negligenciando a potência do espaço escolar.

Nesse sentido, Pacheco (2012) critica que é possível um aluno ser matriculado no primeiro ano do Ensino Fundamental, de uma escola ao lado de um rio poluído e sair da instituição escolar, depois de alguns anos, com o rio ainda mais poluído. Assim, é bem provável que os seus educadores passem décadas de aulas sem lançar um olhar sequer para além dos muros da escola.

Atualmente a escola comum/regular avançou a partir de dispositivos legais e práticas educativas, frutos de estudos pedagógicos e mobilizações, entretanto a ambiência escolar ainda vivencia uma educação dentro dos moldes burgueses.

É preciso questionar: educação para quê? Educação para quem? Quais são os reais objetivos educacionais instaurados no

currículo de nosso sistema de ensino? Será que valorizam as subjetividades e peculiaridades de cada sujeito/educando?

Ouvir os educandos, promovendo sua participação possibilita a leitura perante o mundo em que estão instaurados. O educador ao assumir a conduta emancipatória de seus educandos também se torna aprendiz, (re)construindo olhares acerca dos interesses e cultura de seus educandos.

Desse modo, Pacheco (2012) destaca que: “Se o professor reage com desencanto, eu respondo com otimismo. Fraternamente, acompanho-o, com ele aprendo, para que tenha coragem de ir reaprendendo. Acredito que todos possam enveredar por um “vir a ser” não repetitivo.”(Pacheco, 2012, p. 37-38)

Ressaltamos a importância da escola ressignificar sua função, ofertando uma educação que vise emancipar seus partícipes. O processo educativo não precisa e não deve ser exaustivo, tanto para o educador, quanto para o estudante.

Nesse sentido Pacheco, (2012, p.09) complementa recordando que: “Seria interessante lembrar que uma das grandes motivações iniciais no projeto ‘Fazer a Ponte’ foi justamente a superação do isolamento dos professores: cada um sofrendo, sozinho, na sua sala de aula”. A nova reorganização de educação orientada por Pacheco inspirou não somente a Escola da Ponte em Portugal, mas muitas outras escolas, inclusive no Brasil.

Essa configuração escolar é contrária à organização tradicional de ensino, que implica segregar os estudantes em turmas e em salas de aulas. Talvez descrever que a proposta do educador é uma iniciativa nova, envolva de certa forma desconsiderar a trajetória da Escola da Ponte, na medida em

que a instituição escolar como já pontuamos nesse estudo, foi criada em 1976.

Tal ressignificação educacional converge seus esforços para atender assuntos que transitam a esfera social, como política, economia, sustentabilidade, discriminação, corrupção, dentre outros. Essas temáticas devem ser preocupação da escola, pois educar requer coerência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a educação contemporânea evidencia a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e a organização da escola. Embora tenham ocorrido avanços significativos no campo das políticas educacionais, ainda persistem estruturas e concepções que limitam o potencial emancipador da educação.

Partindo da perspectiva que educar é um ato político, o movimento de incentivar a reflexão no chão escolar gera a construção do conhecimento de forma crítica oportunizando também relações acolhedoras. Pacheco, nos chama a atenção abordando um dos pontos centrais da inclusão em escolas: "(...) As escolas precisam construir uma política que promova esse pensamento em todos os níveis do funcionamento escolar. Encorajar a interação social, a participação e os relacionamentos é uma maneira de implementar essa política." (Pacheco, 2006, p.50)

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mais do que mudanças administrativas ou legais. É necessário promover transformações profundas nas práticas pedagógicas, nas relações estabelecidas no ambiente escolar e na forma como a diversidade é compreendida.

Inspirados nas contribuições de autores como Freire, Adorno, Rubem Alves e José Pacheco, compreende-se que a educação deve estar comprometida com a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos. Para isso, é fundamental valorizar os saberes dos estudantes, promover o diálogo e estimular a reflexão crítica sobre a realidade.

A inclusão em educação, nesse contexto, representa um caminho para a construção de uma escola mais democrática, capaz de acolher as singularidades de cada sujeito e promover aprendizagens significativas. Assim, pensar a educação que temos torna-se um passo essencial para construir a educação que desejamos: uma educação inovadora, inclusiva e comprometida com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Escola da Ponte: história e trajetória.** 2009.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar.** Campinas: Papirus, 2001.

ALVES, Rubem. **A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir.** Campinas: Papirus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FAZER A PONTE. **Projeto educativo.** Portugal, 2003. Disponível em: http://www.escoladaponte.pt. Acesso em: 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2008.

PACHECO, José. **Inclusão não rima com solidão.** Porto: Porto Editora, 2006.

PACHECO, José. **Escola da Ponte: formação e transformação da educação.** Petrópolis: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

Recebido em 21 de maio de 2026.

Aprovado em 27 de junho de 2026.